QUESTÕES PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DO LEITE BRASILEIRO

GLAUCO RODRIGUES CARVALHO[1], CLESIANE DE OLIVEIRA CARVALHO[2]

A produção brasileira de leite registrou um importante crescimento ao longo das últimas décadas, mas o País continua sendo um importador líquido. No mercado internacional, os tradicionais exportadores terão dificuldades para atender a demanda crescente de países asiáticos e africanos. Há espaço para aproveitar esse mercado, mas se exige preços mais competitivos. Este artigo aborda uma série de aspectos fundamentais para o desenvolvimento da cadeia produtiva de leite no Brasil.

O SETOR lácteo brasileiro tem vivenciado desafios conjunturais e estruturais. Por ser um setor voltado para o mercado interno e com um consumo muito dependente de renda, a sua evolução está atrelada ao comportamento econômico do País. Apesar dos avanços de desempenho nas últimas décadas, a produção nacional ficou estagnada a partir de 2014, mesmo com as mudanças tecnológicas e estruturais ocorridas na cadeia produtiva. Observa-se um *mix* de alterações no campo, com uns produtores investindo em tecnologia e escala e outros deixando a atividade.

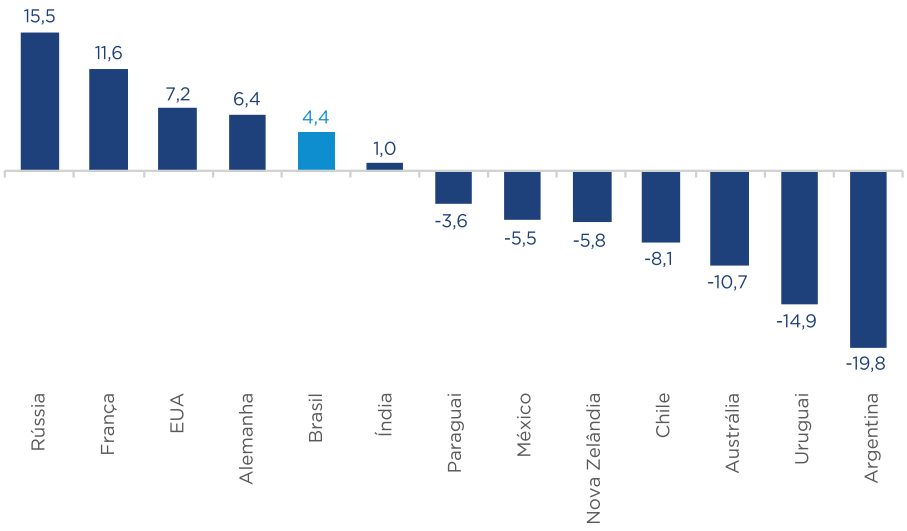
Fazendo um comparativo global, o Brasil possui vantagens na produção que podem ser mais bem exploradas, como disponibilidade de terra e água, clima favorável, tecnologia dominada, alta competitividade em insumos importantes na produção (como milho e soja) e uma diversidade de sistemas de produção que traz flexibilidade. Apesar dessas vantagens, o Brasil continua sendo um importador líquido de lácteos, com um déficit de quase US$ 0,5 bilhão em 2022.

Um estudo recente do Rabobank sobre o setor lácteo mundial comparou a



PREÇOS DO LEITE AO PRODUTOR: DESVIO EM RELAÇÃO AO PREÇO INTERNACIONAL – MÉDIA DE 2017 A 2021 (%)

A média do preço do leite brasileiro ficou 4,4% acima da referência mundial entre 2017 e 2021. Argentina e Uruguai são os países com preços mais competitivos.



Fonte: IFCN/Embrapa Gado de Leite

capacidade de exportação dos grandes exportadores – União Europeia, Estados Unidos, Nova Zelândia, Argentina, Uruguai, entre outros –, com a demanda por lácteos dos principais importadores – países africanos, asiáticos e latino-americanos – em um horizonte até 2030. A conclusão foi de que os tradicionais exportadores terão dificuldade para atender essa demanda, gerando uma oportunidade de aproximadamente 20 milhões de toneladas em equivalente leite, ou quase 60% da produção brasileira.

Apesar de possuir vantagens na produção, o Brasil continua sendo um importador líquido de lácteos, com um déficit de quase US$ 0,5 bilhão em 2022.

Portanto, há espaço para entrar nesse mercado exportador, mas se exige preços mais competitivos. O preço do leite brasileiro, pago ao produtor, ficou, em média, 4,4% acima da referência mundial entre 2017 e 2021. Alguns exportadores, como os vizinhos Argentina e Uruguai e a Nova Zelândia, possuem uma competitividade em preços bem maior (*vide* o gráfico).

Diante do contexto competitivo do Brasil, existem aspectos que necessitam um olhar mais atento, conforme destacado a seguir.

Estrutura fragmentada na produção de leite: o último Censo Agropecuário contabilizou um total de 1,1 milhão de estabelecimentos produzindo leite e 634 mil estabelecimentos vendendo leite. Essa estrutura, apesar do grande impacto social que tem, gera uma baixa densidade de leite por quilômetro e aumenta os custos de transporte, reduzindo a competitividade média. Evidências de campo e do próprio setor indicam que esse número deve ter reduzido bastante nos últimos anos. No Rio Grande do Sul, um levantamento da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) mostrou uma queda de 52% no número de produtores entre 2015 e 2021. Esse processo de consolidação é uma tendência global. Na Europa, o número de produtores em 2021 representava apenas 25% daquele que havia em 2000. É importante avançar em economia de escala, proporcionando ganhos competitivos que possibilitem remunerar o produtor de leite e atender o que o consumidor consegue pagar.



SHUTTERSTOCK

O Brasil possui 1,1 milhão de estabelecimentos produzindo leite, o que gera uma baixa densidade de leite por quilômetro e reduz a competitividade média.

Baixa eficiência média das fazendas: a eficiência pode ser medida pela quantidade de produto em relação ao pacote de insumos utilizado e pode ser comparada aos pares, ou seja, a outros produtores com características semelhantes. É comum encontrar eficiência média de 70% ou menos, o que significa que, com aquele conjunto de ativos (terra, mão de obra, vacas), poderia ocorrer um aumento de pelo menos 30% na produção. Essa baixa eficiência encarece os custos e reduz a competitividade do leite.

Baixa produtividade dos fatores: essa questão está relacionada à eficiência, mas é importante desagregar. Apesar de a média de produtividade das vacas no Brasil estar melhorando, ainda é muito baixa. Hoje, o País é o quarto maior produtor mundial, mas, na produtividade por vaca, ocupa a posição 77. É preciso melhorar a alimentação das vacas, o manejo e a genética. Na mão de obra, a produtividade também é muito inferior à de outros países. Enquanto um trabalhador no Brasil ordenha cerca de 80 litros de leite por hora; na Nova Zelândia, chega a 400 litros por hora. Na Argentina, varia de 130 a 170 litros por hora. É importante focar em capacitação técnica, melhoria de processo e automação nas fazendas. Da mesma forma, a produtividade da terra é baixa na comparação internacional.

Baixa qualidade média do leite: além do teor de sólidos no leite (basicamente, gordura, proteína e carboidratos), que gera ganhos no rendimento industrial, o leite brasileiro precisa avançar muito em qualidade, medida em contagem total bacteriana e contagem de células somáticas. Esses itens afetam o rendimento da indústria, a vida útil do derivado e a própria qualidade do produto final. Os indicadores de contagem total bacteriana têm melhorado bastante, o que tem muito a ver com a higiene na ordenha. Mas, no âmbito de células somáticas, ainda há um grande problema. A média brasileira é de 450 mil células por mililitro, enquanto a média norte-americana fica abaixo de 150 mil células por mililitro. A qualidade do leite precisa de políticas específicas tanto para o seu monitoramento, quanto para a sua melhoria.

Estrutura fragmentada na captação e na industrialização de leite: os *top* cinco maiores laticínios do Brasil são responsáveis por apenas 32% do leite inspecionado. Nos Estados Unidos, são 60%; no Uruguai, 100%; e, na Argentina, em torno de 50%. Um grau moderado de concentração é desejável para melhores coordenação setorial e competitividade.

Altos custos de transporte e captação: são uma consequência da fragmentação na produção e na indústria e das características das estradas rurais no Brasil, que demandam caminhões menores. A baixa densidade de leite por quilômetro rodado é um desafio nesse contexto. Enquanto, na Nova Zelândia, se tem 175 litros por quilômetro; no Brasil, tem-se apenas 57 litros por quilômetro, reduzindo a competitividade industrial do derivado lácteo.

Informações organizadas e bancos de dados: quanto maior for o grau de informação, melhores serão a qualidade das decisões, a transparência na cadeia produtiva e a assertividade na elaboração de políticas públicas. Atualmente, inexistem informações oficiais e de abrangência nacional sobre produção, vendas e estoques de derivados lácteos. É importante avançar, também, na informação da produção de leite em bases mais desagregadas, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos. Lá, além das informações de oferta e demanda por estado, tem-se, ainda, os dados de preços e custos, que viabilizam a elaboração de seguros e outros mecanismos de gestão de risco. É fundamental que toda a cadeia produtiva de leite no Brasil se empenhe na geração de mais informações, o que irá proporcionar avanços importantes no desenvolvimento do setor.

Regulação, incentivos fiscais, impostos e taxas: um tema complexo, mas que exige melhorias. Impostos e taxas que oneram a produção, incidindo sobre equipamentos importados, e que poderiam melhorar a eficiência do setor precisam ser repensados. Da mesma forma, os incentivos fiscais que geram distorções não são saudáveis para a competitividade do setor. Os incentivos estaduais chegam a gerar uma capacidade ociosa ao estimular a implantação de unidades fabris em locais não estratégicos, com pouco leite.

Visão de curto prazo: o maior foco em *commodities* e baixa inovação tecnológica tem pressionado as margens de rentabilidade do setor, provocando uma redução ao longo do tempo. Isso, por sua vez, acaba gerando um foco no curtíssimo prazo e prejudicando uma visão estratégica de longo prazo. Trabalhar em uma agenda com melhorias em processos, produtos, marcas, inovação e agregação de valor é fundamental para a busca de uma melhor competitividade e o estímulo ao consumo doméstico de leite e derivados.

Portanto, a agenda de competitividade do setor lácteo brasileiro permeia uma série de aspectos, não se limitando aos destacados neste artigo. Mas os temas aqui elencados são fundamentais para o desenvolvimento da cadeia produtiva de leite no Brasil. ■

Nota: agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelos financiamentos de pesquisa (APQ-00781-17)

1 Pesquisador da Embrapa Gado de Leite – glauco.carvalho@embrapa.br

2 Professora do Departamento de Administração da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)